

**(Des)caminhos da extensão rural na assistência as
comunidades artesanais do pampa gaúcho: o contexto da Vila
Progresso em Caçapava do Sul-RS**

**(Des) rural extension ways in assistance to the artisan
communities of pampa gaúcho: the context of Vila Progress in
Caçapava do Sul-RS**

Daiane Loreto de Vargas

loretodevargas@gmail.com

Tecnóloga em Agropecuária pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)
Mestre e Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
e Pós-Doutoranda em Geografia na mesma instituição.

Recebido em: 02/10/2017
Aprovado em: 11/11/ 2017

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 6 | N.2 | JUL-DEZ.2017

RESUMO

O trabalho tem por objetivo entender a relação da extensão rural com o artesanato rural, utilizando como base o contexto da Vila Progresso em Caçapava do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. Metodologicamente a pesquisa configura-se como um estudo de caso de caráter qualitativo. O método utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada e os sujeitos da pesquisa foram os artesãos do local e os extensionistas rurais da Emater/Ascar de Caçapava do Sul. Analisando o contexto da comunidade, considera-se que os artesãos e os agentes de extensão do município possuem divergências em relação ao desenvolvimento do artesanato no local e que as tentativas de intervenção da extensão rural na comunidade estão pautadas na metodologia da difusão de inovações.

Palavras-Chave: Artesanato em Lã, Extensão Rural, Território do Pampa.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the relationship between rural extension and rural handicrafts, based on the context of Vila Progresso in Caçapava do Sul, RS. Methodologically, the research is a qualitative case study, the method used to collect data was the semi-structured interview and the subjects of the survey were the local artisans and the rural extension workers of Emater / Ascar of Caçapava do Sul. Analyzing the context of the community, it is considered that craftsmen and agents of extension of the municipality have divergences in relation to the development of the crafts in the locality and that the attempts of intervention of the rural extension in the community are based on the methodology of the diffusion of innovations.

Keywords: Handicraft in Wool, Rural Extension, Territory of the Pampa.

Introdução

A extensão rural é um importante serviço de assistência para as comunidades rurais, em nível social, ambiental, econômico e cultural. Nos últimos anos a proposta de trabalho da extensão rural passou por mudanças de interpretação, de um modelo difusionista para um aporte de metodologias participativas, tendo em vista as transformações do meio rural e a proposta de desenvolvimento do território rural, incorporando o conceito de sustentabilidade. Políticas públicas foram construídas nesse sentido para dar suporte a tais mudanças, afim de melhor atender o público do meio rural, oferecendo melhores serviços e novas formas de atuação na prática extensionista.

A partir desse contexto realiza-se uma análise da extensão rural em comunidades rurais do Território do Pampa Gaúcho, tomando por base o desenvolvimento local desses grupos sociais, a partir do artesanato de cunho tradicional. Um saber-fazer artesanal que traz, de forma intrínseca, elementos materiais e imateriais da cultura do Pampa, como as matérias-primas utilizadas, por exemplo, a lã de ovelha, e as técnicas aprendidas através das gerações, o tecer no tear rústico. Esses elementos atrelados contribuem para a formação da identidade de comunidades rurais. São técnicas de produção e desenhos, enraizados na própria história das famílias que criam as peças de forma artesanal.

Nesse sentido, tem-se como exemplo a Vila Progresso, localizada no interior de Caçapava do Sul, RS, a qual se destaca no cenário de produção e comercialização de produtos artesanais. A comunidade está inserida em um local que possui fortes elementos históricos, os quais oportunizam a região como promissora na prática e no saber do artesanato rural e tradicional em lã e couro. Caçapava do Sul, distante 250 km de Porto Alegre, está localizada na Região da Campanha, tem proximidade com as BRs-392, 153 e 290, onde está a comunidade referida, caracterizando-se geograficamente como um caminho de passagem aos países do Mercosul.

Na comunidade foi realizada uma pesquisa de campo entre os anos de 2014 e 2016 (parte de uma pesquisa de tese), onde um dos objetivos propostos foi entender a relação da extensão rural com o artesanato rural no contexto da Vila Progresso. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um estudo de caso, o qual possui caráter qualitativo. Os métodos utilizados para a coleta de dados foram a entrevista semiestruturada, a observação, a fotografia e um diário de campo.

Num primeiro momento foram entrevistadas as 16 famílias de artesãos do local, já num segundo momento foram selecionadas oito famílias de artesãos devido a qualidade

das informações prestadas pelas mesmas, com estas famílias ocorreram vários momentos de diálogos, pelo menos nove visitas. Também foram entrevistados os extensionistas rurais da *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural* (Emater/Ascar), de Caçapava do Sul. Foram, pelo menos, três momentos de diálogos e entrevista semiestruturada com os extensionistas do município.

Além da parte introdutória o presente artigo foi estruturado em quatro seções. A primeira seção trata sobre a extensão rural. A seguir contextualiza-se o território do Pampa Gaúcho e a identidade dos saberes artesanais em lã. Num terceiro momento destaca-se o artesanato rural, voltando o olhar para a comunidade da Vila Progresso. Na quarta seção aborda-se sobre o artesanato e a extensão rural, destacando as diferentes interpretações sobre as necessidades dos artesãos da comunidade e as tentativas de práticas extensionistas no local. Por fim, destaca-se as considerações finais.

Extensão Rural: comunicação e mediação de conflitos

O Sistema Brasileiro de Extensão foi criado em 1948 e ampliou suas atividades nas décadas posteriores, especialmente nos anos de 1950 a 1970¹. Historicamente, a extensão rural no Brasil esteve ligada à expansão do crédito rural aos grandes produtores, difundiu-se sobre um ideal modernizador da população do campo. Para dar suporte a este ideal os agentes de extensão rural tinham por objetivo educar os agricultores, ou seja, “ensinar a ajudarem-se a si mesmos na busca de uma maior produtividade e de melhores condições de vida” (FONSECA, 1985, p. 25).

Esse padrão de desenvolvimento era o consenso da época, o qual tinha objetivos modernizantes e foco na questão produtiva e tecnologia (pacotes tecnológicos com insumos químicos, equipamentos e máquinas industrializadas). Nesse sentido, a ação extensionista deveria ser, necessariamente, a transformação da realidade econômica, onde a conduta dos agricultores seria mudada através da intervenção do técnico de campo, uma vez que no ideário difusionista, “uma sociedade rural tradicional, o progresso técnico não pode vir senão de fontes exteriores à comunidade (FONSECA, 1985, p. 50)”.

¹ Criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), a qual transformou-se em 1974 no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), também foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1974. A estrutura da ABCAR foi absorvida pela Embrater.

Na década de 1980 o país viveu um conflito político, econômico e social, o qual culminou nos anos de 1990 em um desmonte dos serviços de extensão rural no Brasil, com o fim da Embrater, deixando este serviço a cargo dos estados.

No início do século XXI a extensão rural passou por um novo momento, o qual pode ser compreendido como um cenário ou tentativa de renovação. Formulou-se no país a Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e descentralizaram-se os serviços de extensão rural, os quais passaram a ser executados através de organizações governamentais e não-governamentais, constituindo um sistema de atendimento ao agricultor familiar de forma plural. Processo que se fortaleceu com a lei de Ater, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada no ano de 2010 (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

A partir dessa nova abordagem o programa assumiu referenciais do desenvolvimento rural sustentável, buscando ações que prezem pela qualidade de vida das comunidades rurais, incorporando aspectos do desenvolvimento social e ambiental à perspectiva econômica e produtiva. Tais ações requerem uma intervenção técnica diferenciada dos profissionais extensionistas, mais complexa do que simplesmente uma assistência técnica, presume um maior envolvimento dos técnicos com as questões do desenvolvimento local, voltando o olhar para a pluralidade das comunidades rurais.

Essa abordagem vai de acordo com os preceitos adotados por Paulo Freire, em que o autor destacou que a extensão tem um papel educativo e reflexivo. Nesse sentido, não se deve persuadir o camponês (agricultor familiar) e sim oportunizar uma situação problematizadora, na qual o mesmo seja capaz de conjecturar sobre sua realidade. Dessa forma, o técnico de campo passa a ter o papel de um educador, aproximando-se mais da comunicação e da mediação de conflitos, com base na dialogicidade, do que da extensão de técnicas e conhecimento (FREIRE, 1983).

Na visão do autor o encontro entre o camponês (agricultor familiar) e o extensionista deve ser permeado por uma prática de diálogo-problematizador, respeitando-se a cultura e o saber do sujeito que vive e trabalha no campo. Não se deve subestimar o poder de reflexão e o conhecimento cultural desse sujeito. O extensionista deve pautar suas ações como um agente de transformação, através da promoção de práticas participativas. Paulo Freire (1983) propôs, através da dialogicidade, uma construção coletiva de conhecimentos, conforme a realidade social das comunidades rurais, oportunizando a troca de saberes e a valorização da cultura local.

A partir dessa interpretação, observa-se que a extensão rural conseguirá cumprir com suas “novas metas” de trabalho e intervenção, propostas pela nova Pnater, através de ações práticas onde os extensionistas cumpram com seu papel na comunicação social e na mediação de conflitos, estejam estes ocorrendo nas comunidades rurais ou entre sujeitos rurais e instituições públicas e/ou privadas, como órgãos governamentais ou empresas privadas. É necessário que o profissional de extensão faça uso de estratégias comunicativas que proporcionem a vinculação e a reflexão dos atores envolvidos.

Essa nova visão de atuação do agente de extensão, pautada nas políticas públicas, requer o enfrentamento de alguns percalços, tais como a forte condição tradicional e conservadora das organizações de extensão rural, onde os profissionais de campo (técnicos) ainda possuem bases conceituais e experiências e metodologias passadas, difundidas na antiga proposta de desenvolvimento rural, a qual tinha por objetivo os pacotes tecnológicos e a difusão de inovações. Além disso, a própria formação profissional dos extensionistas tem intrínseca uma visão de planos de desenvolvimento baseada nas antigas ideias da difusão de tecnologias (DIESEL et al. 2007).

Nesse sentido, a atuação do profissional de extensão para a comunicação e mediação de conflitos, com base no diálogo problematizador, necessita passar por um processo de formação desses profissionais, para que os mesmos consigam atuar nas comunidades rurais como mediadores de saberes e conhecimentos (CAPORAL; RAMOS, 2006). Enfim, como agentes impulsionadores das novas propostas de desenvolvimento local (considerando os diferentes contextos sociais, econômicos, culturais e ambientais) junto ao cenário plural do meio rural.

Território do Pampa Gaúcho: identidade dos saberes artesanais em lã

O território do Pampa possui uma história, na qual elementos culturais, ambientais, sociais e econômicos estão imbricados. As vastidões de campo, as disputas de fronteiras (as guerras), o gado xucro (a pecuária), o clima frio, as lidas campeiras e a miscigenação de povos indígenas, negros, espanhóis e portugueses, são alguns elementos que contribuem para a formação da identidade desse território.

A interação desses fatores traz a compreensão do território não apenas como um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas, de um território usado, um chão com identidade (SANTOS, 2007). Nesse sentido, no território do Pampa a formação da identidade é inerente à ocupação e à apropriação social e caracteriza-se por

ser um conjunto de elementos (i)materiais, construído historicamente por um grupo social que confere singularidade ao território e unidade entre os sujeitos locais.

Dentre os elementos (i)materiais apresentam-se os saberes artesanais aprendidos no passado, como um desdobramento da tradição, mas, que perpassam gerações, conectando passado e presente, tradição e contemporaneidade, através da socialização dos sujeitos que habitam esse espaço. São saberes tradicionais, mas, também culturais e simbólicos, constituídos através das histórias de vida das populações desse território que constroem parte da identidade desse espaço.

De uma forma geral o saber-fazer manual de cunho tradicional normalmente é produzido por indígenas ou camponeses, através dos seus saberes, dos aspectos culturais e da forma de vida tradicional. São objetos, técnicas de produção e desenhos enraizados na própria história das famílias que criam os artigos (CANCLINI, 1983). Este tipo de produção pouco inova, geralmente é oriundo do trabalho familiar ou da comunidade, favorecendo o processo de transmissão dos conhecimentos, preservando a cultura e divulgando a mesma para as futuras gerações (FILHO, 2009; NETO, 2002).

No território do Pampa pode-se destacar os saberes artesanais das peças em lã, historicamente produzidos pelas mulheres rurais, em função da necessidade cotidiana das famílias, as quais precisavam de vestimentas quentes para abrigarem-se do clima frio da região. Elas, naturalmente, desenvolveram a destreza na arte de tecer, pois tinham que aprender a desenvolver várias habilidades manuais para exercer os serviços domésticos (PAIXÃO; EGGERT, 2011).

As habilidades manuais para as mulheres rurais foram incentivadas pelo trabalho da extensão rural a partir de um modelo assistencialista (1940-1960), antes ainda do modelo difusionista produtivista (1960-1970). Enquanto as tecnologias voltadas à produção da agropecuária destinavam-se aos homens, as práticas de serviços domésticos eram levadas pela agente de extensão rural ao gênero feminino no espaço rural.

O trabalho da extensão rural possuía uma seleção de gênero, aspecto produtivo e econômico. A extensionista de bem-estar social assistia as mulheres rurais, levando para as mesmas noções de melhoria no ambiente familiar, cuidados com a casa, com a horta e o quintal, além de técnicas de costura, bordado e práticas artesanais, visando a harmonização do contexto familiar e não o empoderamento e/ou a independência econômica da mulher rural.

Para a confecção das peças utilizavam as fibras de lã, matéria-prima disponível no estado em função do potencial dos campos sulinos para a criação de ovelhas. Além de instrumentos rústicos como os teares² (um quadrilátero de madeira utilizado para a tecelagem) a roca (instrumento de madeira utilizado para a fiação manual da lã) e o fuso (haste de madeira utilizado *para* fiação e torção de fibras como *lã*), para fazer fio e tecer a peça.

As principais vestimentas criadas pelas mulheres rurais foram relatadas pelo historiador Saint-Hilaire (1987), quando este visitou o estado. Este historiador destacou as vestimentas masculinas, como: o chiripá, o poncho e o pala-bichará. Além do xergão, usado para o serviço no campo, uma peça de montaria produzida com lã grossa para ser colocada sobre o cavalo.

Em relação às peças em lã utilizadas pelas mulheres, encontram-se poucas informações na literatura sobre o assunto, de toda a forma, as principais vestimentas eram os xales e as mantas. Peças de características rústicas, utilizadas pelas mulheres do meio rural, a camponesa ou a trabalhadora rural. Considera-se importante definir quem era esta mulher a fim de diferenciá-la da estanceira e da mulher da cidade, as quais utilizavam vestimentas vindas da Europa.

Artesanato rural: comunidade da Vila Progresso em Caçapava do Sul-RS

A principal dinâmica econômica e produtiva da Vila Progresso em Caçapava do Sul, RS gira em torno das confecções artesanais em lã, criadas pelos(as) artesãos(ãs) locais e a comercialização desses artigos simbólicos da tradição do Pampa Gaúcho. Além dos produtos em lã, são comercializados no local outros artigos em couro e madeira, os quais são trocados com fornecedores externos à comunidade pelas peças em lã produzidas no local.

Nessa comunidade rural o contexto histórico do artesanato em lã se faz presente desde a década de 1980. No início, a confecção e a comercialização de palas, boinas, pelegos, xergões e cobertores, ocorreu pela iniciativa de três mulheres artesãs de uma mesma família. Importante destacar que estratégias simples como essa criam alternativas

² O tear é formado por "um conjunto de peças de madeira, fixas e móveis, no qual o tecelão, utilizando fibras têxteis e empregando ora as mãos, ora os pés, realiza movimentos harmônicos destinados à confecção de um tecido ou peça similar" (CÔRTEZ, s.d., p. 340).

de trabalho e renda no meio rural, onde famílias com poucos recursos econômicos e pequena área de terra passam a fazer uso de seus saberes tradicionais, construindo, assim, uma alternativa rentável para a conjuntura familiar e conseguindo manter-se no meio rural (CANCLINI, 1983; TEDESCO, 2013).

As artesãs que se estabeleceram na comunidade residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para a Vila Progresso em função do grande fluxo de veículos que circulava pela BR 290, caminho na rota de ligação dos países do Mercosul ao Sul do Brasil. Fato que favorece a comercialização em função da passagem de turistas, inclusive uruguaios e argentinos, os quais prestigiam os produtos artesanais característicos da tradição cultural do Pampa, e ainda, viajantes a serviço do comércio que passam pela região.

As primeiras mulheres artesãs do local realizavam todo o processo de preparo do fio da lã, através da lavagem e cardagem da fibra animal para confeccionar as peças com o uso da roca e do fuso, para fazer o fio, e de teares tradicionais, para tecer a peça. Todas essas etapas do processo artesanal de criação dos produtos em lã demandavam tempo e muita mão de obra. Após a confecção, as artesãs buscavam estratégias de comercialização para seus produtos, através da exposição dos mesmos em frente as suas residências, nas proximidades da BR-290, ou oferecendo as confecções em lã em pontos comerciais da cidade de Caçapava do Sul.

A boa aceitação das peças em lã pelos consumidores e o retorno econômico dessas famílias culminou no crescimento da atividade artesanal no local. A partir desse crescimento ocorreu a primeira mudança importante no cenário do artesanato rural na comunidade, a rápida comercialização das peças em lã exigia uma acelerada produção das confecções e assim, necessitava-se de mão-de-obra para dar suporte ao processo de criação dos artigos artesanais. Nesse sentido, os homens, esposos dessas artesãs, atraídos pelo significativo retorno financeiro, começaram a trabalhar nos teares e na comercialização das peças criadas.

Para atender à crescente demanda pelos produtos em lã e assegurar a comercialização, as artesãs foram adaptando seus saberes e os produtos artesanais passaram a ser um negócio rentável para as famílias. Passou de renda complementar para principal fonte de renda, modificando as relações sociais e econômicas que se estabelecem no núcleo familiar. A inclusão dos homens em todo o processo produtivo é parte desse contexto de mudanças no aspecto do artesanato rural no local. Anteriormente

a mão-de-obra utilizada para o artesanato em lã era exclusivamente feminina, passando a incorporar o trabalho masculino, tanto na produção quanto na comercialização dos artigos em lã, a partir da repercussão comercial das peças.

O rápido retorno econômico obtido, agora não mais somente pelas artesãs, mas, pelos primeiros casais de artesãos, passou a atrair olhares de outros sujeitos da comunidade e de localidades próximas. Sendo assim, a partir dos anos de 1990 outras famílias da comunidade aprenderam a tecer nos teares, a confeccionar artigos de forma artesanal em lã e a comercializar no local, abrindo pequenos espaços comerciais, as tendas de produtos artesanais, e ainda, criando peças sob encomenda e divulgando seus produtos em municípios próximos a Caçapava do Sul, especialmente na região do Pampa Gaúcho.

As técnicas femininas do artesanato em lã foram compartilhadas entre as famílias, abrangendo homens e mulheres, jovens, adultos e idosos da comunidade. O número de artífices no local, os quais também passaram a ser tendeiros-comerciantes, aumentou significativamente com o tempo (1980-2017), passando de três mulheres artesãs, no início, para 16 famílias de artífices, atualmente no local, gerando em torno de quarenta empregos diretos e indiretos na comunidade.

Importante salientar que todo esse crescimento ocorreu através da busca das famílias dos artesãos da comunidade, sem nenhuma intervenção de órgãos de assistência externa, tais serviço de extensão rural, cursos de entidades como Senar e Sebrae ou interferência da prefeitura municipal de Caçapava do Sul, através de suas secretarias (Ex: Secretaria da Agricultura e Pecuária ou Secretaria da Cultura e Turismo). Ocorreram várias tentativas destes órgãos em relação a cursos de capacitação, mas, a comunidade se mostrou resistente, não aceitando imposição de terceiros sobre o seu saber-fazer.

As transformações em relação aos aspectos comerciais, produtivos e de mão-de-obra, ocorreram a partir da ampliação do mercado dos produtos tradicionais do Pampa, os denominados artigos gauchescos, em função da valorização cultural das peças tradicionais autênticas. Produtos tradicionais e artesãos correlacionam-se, valores da tradição são resgatados e ganham otimização mercantil (TEDESCO, 2014). Essa noção apresentada na comunidade revela a tendência dos(as) consumidores(as) em adquirir produtos com identificação de “natural”, “crioulo” e/ou “feito à mão”, com identidade regional em relação a determinados grupos, bem como com identificação de tempos vividos em outras épocas pelos(as) próprios(as) consumidores(as).

Artesanato e Extensão Rural: diferentes interpretações

A partir da descrição e análise do desenvolvimento artesanal na comunidade rural da Vila Progresso em Caçapava do Sul, apresentadas na seção anterior, algumas observações devem ser destacadas com maior ênfase. Uma dessas questões é a dificuldade de interação entre o serviço de assistência técnica e extensão rural do município e os artesãos dessa comunidade. Dentre os fatores que justificam essa dificuldade estão as diferentes interpretações sobre o desenvolvimento da atividade artesanal na comunidade. As distintas percepções serão analisadas aqui a partir de elementos que fundamentaram as mudanças no processo de desenvolvimento econômico e produtivo do local.

Dentre os elementos importantes para o crescimento da atividade artesanal nessa comunidade rural, onde a atividade deixou de ser algo complementar na renda dos(as) artesãos(ãs), passando a ser a principal fonte de recursos financeiros das famílias daquele local, pode-se destacar pelos menos três pontos para análise: a) o crescimento do comércio e as estratégias de comercialização dos produtos artesanais; b) as mudanças nas técnicas artesanais utilizadas; c) a questão de gênero, o trabalho deixa de ser somente feminino, incorporando a mão de obra masculina.

Em relação ao primeiro ponto, a) o crescimento do comércio e as estratégias de comercialização dos produtos artesanais, considera-se que, para os artesãos a evolução comercial dos produtos artesanais trouxe o desenvolvimento da comunidade e a melhoria de vida das famílias dos artesãos. Alguns relataram com orgulho as melhorias nas moradias, a aquisição de veículos e a condição de formar um filho na universidade.

A extensionista também visualizou a melhoria na qualidade de vida da comunidade, mas, destacou que eles poderiam estar ainda em “melhores condições” se aceitassem a forma cooperativa ou associativa. A agente de extensão relatou que já houve tentativas de organizar o grupo de artesões de forma conjunta, “tentamos montar um grupo na Vila, mas, o pessoal não quis, eles não se interessaram, íamos fazer um trabalho de gestão, marketing e design, mas, as pessoas não estavam maduras para trabalhar em grupo”.

Percebe-se diferenças nas duas percepções e a tentativa da extensão rural introduzir no local a construção de forma grupal de produção e comercialização, visando interesses comerciais promissores para o município. Os artesãos são contrários a essa visão, pois sabem que alguns possuem mais capital, poder e melhores relações comerciais. Os menos capitalizados têm receio de não conseguir ter o mesmo poder de decisão que possuem atualmente e acabar por tornarem-se mão de obra dos demais.

Quanto ao segundo ponto, b) as mudanças nas técnicas utilizadas para confeccionar os produtos em lã, as técnicas empregadas na confecção das peças evoluíram em relação às anteriormente utilizadas, os teares foram trocados, de um modelo vertical para um modelo horizontal, mais produtivo e menos penoso. Na roca foi adaptado um pequeno motor, afim de que a produção do fio tenha mais rendimento. Os acabamentos das peças em lã que eram realizados, primeiramente, com a costura manual, depois com uma máquina de costura “tocada com os pés”, atualmente, as artesãs utilizam a máquina de costura elétrica.

Analisando as mudanças em todo o processo e nos instrumentos utilizados, os artífices destacaram que o trabalho artesanal melhorou com o tempo. Uma das artesãs relatou: “eu acho que melhorou bastante, os teares melhoraram muito, as máquinas de costura melhoraram muito e as peças estão mais leves e mais bonitas” (J.8-Artesã). Os artífices demonstram orgulho das habilidades que evoluem, eles necessitam da evolução, pois não lhes conforta a imitação, a habilidade do artesão precisa amadurecer (SENNETT, 2009), mas, ocorre a partir do tempo deles.

O(A) artesão(ã) tradicional reproduz os padrões culturais a que pertence, por isso ele interpreta as técnicas e, tradicionalmente, conserva as mesmas, sente-as como parte de sua história (VIVES, 1983). Segundo a autora, é assim que eles constroem novos instrumentos ou novas ideias, de acordo com a necessidade que percebem em relação ao mercado que atingem e no tempo que acreditam ser, o seu tempo de aprendizagem.

Para a agente de extensão rural da Emater do município, os(as) artesãos(ãs) precisam inovar na confecção das peças em lã, no tipo de fio utilizado e na variedade das cores dos fios de lã utilizados. Na análise da extensionista é “preciso buscar algo diferenciado para o artesanato em lã, eles (os artesãos) criam (as peças) muito direcionado para o rústico, mas sem muita inovação, e isso um dia satura”, e continua a narrativa declarando que “naquela comunidade ainda se tem muita resistência a alguns tipos de mudanças”.

Observa-se que as interpretações realizadas por artesãos(ãs) e extensionista são distintas, tendo em vista que valorizam diferentes questões em relação ao processo artesanal. Enquanto os artífices destacam com orgulho as conquistas que obtiveram ao longo do tempo e o contexto da rusticidade nas peças e do saber tradicional, uma identidade da comunidade, a agente de extensão destaca uma série de questões que, na opinião dela, precisa ser melhorada e enfrenta resistência da comunidade. Dentre estas

questões a rusticidade dos artigos em lã, compreendida como algo negativo e que não permanecerá por muito tempo no mercado.

O conflito nessa relação entre os artífices e os agentes de extensão rural é evidenciado na fala de uma artífice, quando questionada sobre a existência de assistência técnica aos artesões da comunidade, a artesã relatou “a Emater vem mais aprender com nós do que ensinar” (I.9-Artesã). Em outro momento a mesma artesã destacou “quantas vezes já fui em outras comunidades dar curso de artesanato para a extensionista da Emater”. Nessa interlocução a artífice refere-se à extensionista da instituição e às tentativas frustradas na realização de cursos de costura na comunidade e o seu trabalho voluntário, a pedido da agente de extensão rural, levando as técnicas artesanais em lã para mulheres de outras comunidades rurais.

Em relação ao ponto, c) a questão de gênero, o trabalho deixa de ser somente feminino, incorporando a mão de obra masculina, considera-se importante destacar que o aumento na produção das peças em lã, em função da expansão comercial desses artigos, trouxe atrelada a necessidade de mão de obra para a confecção dos tecidos nos teares. Nesse sentido, incorpora-se o trabalho da família no artesanal em lã, onde o mesmo deixa de ser uma atividade complementar na renda e passa a ser a principal fonte de renda das famílias daquela comunidade.

Com o trabalho da família na confecção e na comercialização dos artigos em lã, a mulher passa a compartilhar seus saberes com os esposos e, num segundo momento, com os filhos, depois com as noras, genros, sobrinhos e demais relações de parentesco e vizinhança. Nessa interface passam a existir relações de sociabilidade, em função do trabalho artesanal, mas, também na relação de poder, em função da divisão do trabalho e dos rendimentos econômicos obtidos. Ou seja, quem faz o que? Quem ganha o que? E quem decide?

Na convivência com a comunidade é nítido que, na maioria das vezes, é o homem quem decide sobre os recursos financeiros obtidos no negócio, onde e como o dinheiro será investido, enquanto a mulher decide as peças que serão confeccionadas, se serão para o gênero masculino ou feminino, se terão algum tipo de adereço e qual será o mesmo. A mulher, pelo seu saber manual, agencia o produto, enquanto o homem, para garantir-se a frente do empreendimento, responsabiliza-se pela comercialização. Em alguns momentos essa relação é conflituosa e as mulheres não encontram espaço de diálogo nesse sentido.

Percebe-se nesse ponto a necessidade de um trabalho de extensão rural, mas, nessa questão não existe nenhuma tentativa de intervenção. O ponto crucial parece ser a forma

de interpretação dos(as) agentes de extensão, enquanto as mulheres artesãs precisam conquistar empoderamento diante das funções que exercem e dos saberes que possuem, ambos, homens e mulheres, necessitam dialogar sobre o processo artesanal e comercial, buscando um crescimento conjunto e colaborativo nas tomadas de decisão frente ao empreendimento artesanal familiar.

A tentativa de assistência dos agentes de extensão rural do município na comunidade tem buscado mudanças nas práticas do fazer artesanal, através de cursos de costura e pintura, por exemplo, mas, estes acabam por serem tentativas frustradas, pois não despertam interesse na comunidade. A metodologia adotada pelos extensionistas parte para a atividade prática, de estratégias de inovação interpretadas como as mais importantes e, nesse sentido, o diálogo não evoluiu. Isto porque a comunidade de artesãos(ãs) tem a firmeza no propósito de confeccionar de acordo com suas técnicas e vem se afirmando no mercado de produtos simbólicos gauchescos dessa maneira.

Essa análise reafirma o que é colocado por Caporal e Ramos (2006) e Diesel et al. (2007) sobre as metodologias adotadas pelos agentes de extensão rural. Na interpretação dos autores ainda existe muitas dificuldades para que as ações dos técnicos sejam pautadas em práticas participativas. Os autores colocaram que essa nova dinâmica de trabalho necessita de uma postura diferenciada dos órgãos, entidades e profissionais extensionistas. É outro papel que necessita de procedimentos adequados, para dar suporte ao atual paradigma mundial, o da sustentabilidade com enfoque cultural, social, ambiental, político e econômico.

Considerações finais

Analisa-se nesse trabalho as metodologias do serviço de extensão rural para com o artesanato rural, a fim de desenvolver o mesmo, tomando por base a comunidade da Vila Progresso em Caçapava do Sul, RS. Nesse local houve várias tentativas de ação de extensão para “melhorar” a qualidade do artesanato e ampliar o desenvolvimento da comunidade. Mas, essas ações não obtiveram êxito. Talvez esse fato esteja relacionado à metodologia utilizada pelos agentes de extensão no município, a qual parece estar centrada no modelo da difusão de inovações.

Nas intervenções dos agentes de extensão na comunidade não são analisados os conflitos e as dificuldades a partir dos anseios do local. Pelo contrário, as tentativas de intervenção dos extensionistas estão pautadas no que eles acreditam ser necessário mudar e/ou aprimorar na comunidade. Esse contexto fica evidente no discurso dos próprios

profissionais de extensão e também na fala de alguns artesãos do local, especialmente das mulheres artesãs.

Outra questão que merece destaque é a tentativa de ações de extensão rural direcionadas somente às mulheres artesãs. Durante os diálogos entre a pesquisadora, os agentes de extensão rural e os artesãos da comunidade, não foram mencionados cursos direcionados aos homens ou ainda, às famílias dos artesãos. Ou seja, intervenções que proporcionassem um espaço de diálogo, troca e construção conjunta entre as famílias, promovendo relações de socialização entre mulheres, homens, filhos e demais parentes e vizinhos no local.

Ouvindo relatos da comunidade, percebeu-se haver propostas de atividades que sejam de interesse dos jovens artesãos do local, como a melhoria da divulgação dos produtos artesanais através das redes sociais, cursos básicos de informática que possam contribuir na organização e no gerenciamento do empreendimento artesanal da família ou ainda, cursos sobre artesanato e pintura em madeira rústica. Tais propostas despertam o interesse de alguns jovens (homens) do local, pois os mesmos estão buscando o aprendizado dessas técnicas de forma individualizada. Todas essas demandas foram citadas por pessoas da comunidade, o que demonstra que há sim necessidade de um trabalho de extensão rural no local, mas, com objetivos diferentes dos que até agora foram propostos.

Por outro lado, também deve-se reconhecer que o enfoque das metodologias participativas não fez parte da formação de muitos extensionistas que atuam a campo. Para esses profissionais essas estratégias precisam ser aprendidas através de capacitações e da busca do próprio agente de extensão, o qual, muitas vezes, está imerso em diferentes atividades, tendo em vista a defasagem de profissionais de extensão rural nos órgãos de assistência, como a Emater/Ascar do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, ainda existem muitas dificuldades para que as ações dos técnicos sejam pautadas em práticas participativas.

Por fim, precisa-se reconhecer e deixar registrada a evolução da comunidade da Vila Progresso, o enfrentamento das dificuldades, sejam estas no cenário de produção ou comercial. A melhoria da qualidade de vida das famílias do local ocorreu por meio de uma força e de uma confiança desses(as) artesãos(ãs) em seu próprio trabalho e em seus saberes. Nesse contexto, as atividades artesanais de cunho familiar e tradicional constituem-se numa importante estratégia de geração de trabalho e renda, incorporando tais segmentos nos debates acerca do novo rural.

Referências bibliográficas

- CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. *Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia*. 2006. Disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Da%20Extenso%20Rural%20Convencional%20%20Extenso%20Rural%20para.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- CORTÊS, J.C.P. *O gaúcho: danças trajes artesanato*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. (s.d.). 376 p.
- DIESEL, V. et al. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, H.; HEGEDŪS, P. (Orgs). *Extensión: reflexiones para la intervención em el médio urbano e rural*. Universidad de la República – Facultad de Agronomía. Montevideo, Uruguay. 2006. p.31-43.
- FILHO, C. S. D. *Produção, distribuição e consumo dos bens simbólicos: uma reflexão sobre os programas de apoio ao artesanato*. V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 2009. Disponível em: www.cult.ufba.br/enecult2009/19543.pdf. Acesso em: 29 jun. 2014.
- FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- LIMA, R. Artesanato de tradição: cinco pontos em discussão. In: SAMPAIO, H. (Org.). *Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo de tradição*. São Paulo: Artesanato Solidário, 2005. 63 p.
- NETO, E. B. *Curso design, identidade cultural e artesanato*. Fortaleza/ SEBRAE: FIEC, 2002, módulos 1 e 2. Disponível em: www.fbes.org.br/biblioteca22/artesanato_mod1.pdf. Acesso em: 25 ago. 2014.
- NEUMANN, P.S.; DALBIANCO, V.P.; Reforma agrária e a atuação do estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural para assentados. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Orgs). *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 83.
- PAIXÃO, M; EGGERT, E. A hermenêutica feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres. In: EGGERT, E (Orgs). *Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2011. 108 p.
- SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 16, p. 37-61, abril 2001. Disponível em: r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/185. Acesso em: 02 jun. 2017.
- SAINT-HILAIRE, A. *A viagem do rio grande do sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre, 1987. 496 p.
- SANTOS, M. L. *Do galpão ao salão: o pala gaúcho como referencial na criação de design têxtil*. Monografia de Especialização Design e Estamparia. Curso de Especialização em Design para Estamparia. Centro de Artes e Letras. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2005.

SENNETT, R. *El artesanato*. Tradução de Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Anagrama, 2009. 202 p.

TEDESCO, J. C. Os “Tendeiros da Serra do Botucaraí”: Estratégias mercantis e culturais no meio rural do centro-norte do rs. In: *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 27, n. 02, mai/ago 2014, p. 91-109. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/download/8851/pdf>. Acesso: 20 maio 2017.

VIVES, V. de. A beleza do cotidiano. In: RIBEIRO, B. et al. *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983. 253 p.